AGU quer manter juíza acusada de desvio de verbas afastada do cargo

A Advocacia-Geral da União recorreu, no Supremo Tribunal Federal, da decisão monocrática que reintegrou uma juíza do estado do Mato Grosso à função. Ela havia sido aposentada compulsoriamente pelo Conselho Nacional de Justiça.

A juíza e outros magistrados foram acusados de envolvimento no desvio de verbas públicas destinadas à Loja Maçônica Grande Oriente. A AGU já se manifestou no STF em relação aos demais envolvidos. Eles também foram reintegrados às respectivas funções, após o Supremo ter concedido liminares, acatando a tese de que CNJ só poderia atuar em caso de ineficiência dos demais órgãos de controle, como as corregedorias locais.

Ao defender a atuação do Conselho, a Secretaria-Geral de Contencioso da AGU ressaltou que o órgão possui competência para a análise e julgamento dos fatos, conforme estabelecido na Constituição Federal. A Advocacia-Geral lembrou que a própria Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso considerou legítima a atuação do CNJ, bem como reconheceu a própria incapacidade de promover com independência os procedimentos administrativos, já que alguns dos envolvidos são membros do tribunal.

De acordo com a AGU, ao contrário do que disse a juíza, foi assegurado a todos os interessados o direito a ampla defesa, sendo observado, no caso, o devido processo legal.

A Secretaria-Geral de Contencioso é o órgão da AGU responsável pelo assessoramento do Advogado-Geral da União nas atividades relacionadas à defesa judicial da União perante o STF. *Com informações Assessoria de Imprensa da AGU.*

MS 28.743

Date Created
08/10/2010

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.